



Ata da Audiência Pública para discutir Políticas Públicas para Crianças Portadoras da Microcefalia associada ao Zika.

Aos (26) vinte e seis dias do mês de junho do ano de 2017, às (10h) dez horas sob a Presidência da Deputada Estadual Jô Pereira e Propositura da vereadora Tereza Nelma e Jô Pereira, reuniu – se a Casa da Indústria, localizada na Avenida Fernandes Lima, bairro Farol. A senhora Presidente, convidou para compor a mesa dos trabalhos os senhores: **Giselda Lins – Presidente do COGEMAS – Conselho de Gestores de Assistência Social. Léo Loureiro - Deputado Estadual. Vereadora Tereza Nelma. Valquíria Lúcio – Presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. Renata Bulhões – Representando a Secretaria Municipal de Saúde. Carlos Eduardo – Defensor Público. Suely Nascimento – Representando a UFAL. Marly Vidinha – Representando a UNCMG. Fábila Santana – Representando a SEADES.** Foi facultada a palavra para as mães de crianças portadoras dessa deficiência dar os seus testemunhos e posteriormente foi apresentado um vídeo mostrando um caso de microcefalia. A seguir, **Silvia Campos – Conselho Municipal de Educação** – apresentou slide e teceu esclarecimento referente à: **Microcefalia. Legislação – Constituição Federal (1988); Leis 13.146, 8.069, 9.384, Portaria Interministerial nº 405, de 15 de março, Lei nº 13.301, de 27 de junho de 2016. Relação Geral dos casos notificados de microcefalia em Alagoas – 54 confirmados e 21 não confirmados. Centro Especializado em reabilitação. Dados de Atendimentos das instituições com total de 197. Efetividades das políticas públicas da prevenção. Atendimento e Proteção integral a exemplo do benefício socioassistenciais, acesso a transporte, creche e pré – escola, órtese, prótese e outros. Alguns desafios a exemplo das questões sociais serem prioridade do poder público; universalidade do atendimento e outros.** Após, **Renata Bulhões – Supervisão dos cuidados com a pessoa com deficiência** - registrou as quatro regiões de saúde dentro do estado onde presta atendimento a essas crianças e apontou a tomografia computadorizada como diagnóstico da microcefalia, ressaltando a

dificuldade para localizar as crianças vítimas dessa síndrome. Quanto o protocolo estadual diz que o ministério público já tomou a providência e registrou a realização de encontros para discutir a garantia e o acesso a mais exames e medicamentos. Concluindo, colocou – se a disposição para a questão. Em seguida, **Carlos Eduardo – Defensor Público** – deu testemunho da angústia que vivenciou durante a gravidez de sua esposa que ocorreu no período em que surgiu a microcefalia e Alagoas era o Estado em que tinha menos casos. Enalteceu o trabalho dos médicos do Hospital Hélvio Alto onde foram convidados para participar de uma palestra sobre a questão na defensoria pública. Mencionou um relatório produzido pelo Anis – Instituto de Bioética em parceria com a médica Debora Diniz ao tempo em que informou as mães quanto à garantia das leis ao tratamento e medicamentos as crianças não só com microcefalia como também outras patologias. Finalizando, cobrou da SESAU o aprimoramento do protocolo das crianças portadoras da síndrome. Em seguida, **Mardjane Alves de Lemos Nunes – Médica Infectologista** – apresentou dados através de slide referente à microcefalia paradoxo Alagoas – Sergipe: **em Alagoas 371 casos. Proporção dos casos descartados Alagoas/ Bahia. Fluxograma de acompanhamento do recém – nascido com microcefalia em Alagoas. Informou que até hoje não conseguimos fechar diagnósticos por falta de exames e deu mais subsidio sobre a questão.** A seguir, foi facultada a palavra à sociedade civil organizada fazer as suas reivindicações onde fizeram uso os senhores: **Alice Ataíde – Médica Diretora da Pestalozzi. Virginia – Secretaria Municipal de Educação. Gilza (mãe de criança portadora da microcefalia). Rosário – enfermeira da atenção básica de saúde. A vereadora Tereza Nelma** deixou o compromisso da APAE e da Pestalozzi para a capacitação dos profissionais que lidam com a microcefalia e falou da relação das crianças com microcefalia em idade de creche onde esta vereadora irá colocar a situação para o Prefeito de Maceió e solicitar uma reunião com a secretária de educação. Após, **Maria Cristina - Representando o INSS** – informou que a questão da ação civil pública está em vigor e estamos aguardando o acordo com o SEAP quanto o acompanhamento aos pacientes. Em seguida, **Marly Vidinha – Representando a UNCMG** - reafirmou o compromisso com a defesa aos direitos a moradia e convidou os órgãos a refletir e se comprometer a discutir a realidade de Alagoas, deixando o incômodo quanto o que foi posto aqui. Após, **Walkiria Lúcio – Presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência** - pediu apoio e ações em prol do lazer. A



seguir, **Suely Nascimento – Representando a UFAL** – sugeriu a garantia da lei já posta com relação à assistência integral pelo SUS e deixou o compromisso de levar à reitoria as demandas apresentadas. Em seguida, **Fábria – mãe de criança especial** - trouxe o debate que será realizado amanhã sobre vários temas ligados à questão em pauta a exemplo do BPC, programa criança feliz, cadastro do bolsa família e outros. Após, **Léo Loureiro – Deputado Estadual** – falou da deficiência dos órgãos públicos que ainda está correndo atrás do prejuízo. Diz que não podemos apenas discutir a questão da microcefalia e deixou convite a todos para audiência pública na assembleia legislativa sobre o turismo inclusivo. Concluindo, registrou o compromisso da Casa Tavares Bastos. Para as considerações finais fizeram uso da palavra a **Deputada Estadual Jó Pereira e a Vereadora Tereza Nelma**. A senhora presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a audiência. Do que, para constar, lavrei e digitei a presente ata que dato e assino. Maceió, 26 de junho de 2017. Maria Jairivane Sena da Silva - Redatora de Atas e Debates.